

Introdução à Geopolítica

Philippe Moreau Defarges

1 A Geopolítica da Potência Marítima

As disciplinas são produtos de sua época. A palavra “geopolítica” foi forjada por Rudolf Kjellén no final do século XIX, para se referir ao estudo do estado como fenômeno geográfico. Duas principais correntes se desenvolveram - a angloamericana (focada nas relações entre o mar e a terra) e a alemã (focada nos espaços continentais), a responder uma pergunta implícita - quem deterá, no futuro, o poder decisivo?

1.1 De Clausewitz a Mahan

O objeto da geopolítica é o poder e seu exercício no espaço. A guerra, portanto, sempre aparece no horizonte como prova suprema para atingir os objetivos geopolíticos de um estado.

Clausewitz, maior teórico moderno sobre a guerra, fascinava-se por Napoleão I, por sua visão de conjunto da guerra, sentido extremo de organização, capacidade de distribuir e concentrar forças, audácia e arte da manobra. Em *Da Guerra*, Clausewitz teorizou a base da guerra moderna - um combate de morte, com grandes números de homens, exigindo seu sacrifício, consumindo imensos recursos e dependendo de enormes desenvolvimentos técnicos.

A abordagem de Clausewitz não aborda o espaço - isto porque sua análise não se concentra nas razões e objetivos da guerra, mas em seus métodos e instrumentos - ainda que não cesse de nos

lembrar da subordinação do militar ao político, vê a guerra como um duelo - e o espaço como uma arena. Também não se atualiza quando as guerras opõem não príncipes, mas povos, e continua a estudá-las como xadrez.

Isso sucede porque Clausewitz é um autor pré-industrial. Com as primeiras guerras industriais (Secessão, Franco-Prussiana) a enorme dependência de recursos, energia, instrumentos industriais, e matérias-primas levam ao desenvolvimento da primeira geopolítica. Não fica claro, por fim, se Clausewitz foi capaz de perceber o alargamento dos espaços para além da Europa.

Mahan, o “Clausewitz do mar”, de fato pensou o espaço. Isso porque o mar traz consigo uma especificidade: sua imensa extensão de terreno banal sobre o qual rotas específicas se desenvolvem, a partir da qual deduz a importância dos pontos de apoio (portos, bases). Isso exige da estratégia naval uma visão ampla e precisa do espaço, cujo exercício deve começar ainda em tempos de paz.

Mahan, além disso, viveu a Guerra da Secessão, e portanto trouxe consigo certa experiência da guerra industrial e de uma guerra na qual a estratégia geopolítica foi tão importante, senão mais, que o talento de manobra dos generais do Norte e do Sul.

Por fim, Mahan construiu seu pensamento no estudo de antagonismos marítimos e comerciais após as Descobertas, ou seja, manteve em mente

o grande objetivo britânico de controlar pontos marítimos de passagem essenciais (Gibraltar, Cabo, Suez, Adém, Ormuz, Singapura), modelo que via como passível de imitação e superação - diante do caráter insular dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

1.2 Halford J. Mackinder

Mackinder (1861-1947) foi uma figura entre dois mundos, o que possibilitou análises liminares muito úteis. Foi geógrafo, professor de Oxford e outras instituições; e de fato fundou o pensamento geopolítico do século XX. Analisa o eterno retorno do conflito entre nômades e sedentários, as vias de invasão e circulação, os desafios geográficos - e pela primeira vez tenta esboçar por completo a relação entre poder e espaço, causalidade geográfica na história universal.

Durante a Segunda Guerra Mundial, chama atenção para a disputa pela *heartland*, e em 1943, com vitória incerta, teoriza já as relações futuras com a União Soviética de Stalin. Morreu em 1947, ano a partir do qual a disputa pelo Velho Mundo saiu de cena com o formidável jogo mundial entre a potência marítima do oeste e a terrestre do leste.

Mackinder acreditava não no controle do mar, mas no da “ilha do mundo”. Combinava geografia e história; e a força de seu empreendimento era a concentração na terra de nosso planeta como uma entidade total, “objeto de uma apropriação política completa”.

Via a terra como um oceano mundial com a “afroeurásia” no centro e as *Outlying Islands* das Américas e Oceania - daí a noção de *heartland*, que resultava de três componentes: longos rios navegáveis, mares fechados e uma imensa zona de pastagem para assegurar aos nômades perfeita mobilidade. Via também na África subsaar-

iana uma segunda *heartland* do sul.

Ao redor da *heartland* via vários círculos concêntricos que determinavam áreas diferentes. O primeiro, o *inner crescent*, protegia o coração com a Sibéria, os Himalaias, Gobi, o Tibete e o Irã; então as *coastlands*, agrupando a maioria da população humana: Europa, Arábia; então as *offshore islands*, com a Grã-Bretanha e Japão; e por fim o *insular crescent*, com as *outlying islands* da América e Austrália. O vencedor neste palco era aquele que dominasse a *heartland*.

Justificava a importância desse coração diante da perda de importância da Europa diante das rotas da seda e das especiarias e da importância dos caminhos-de-ferro transcontinentais e seu imenso potencial logístico.

Diante deste quadro, via a perspectiva de enfrentar uma *heartland* controlada por uma única potência ou aliança como inquietante, e que explicaria mesmo as guerras napoleônicas.

Analisa também as guerras mundiais desta forma. Na Primeira, a grã-bretanha enfrentou a Alemanha de Guilherme II para evitar que, derrotadas a Rússia e a França, tal império continental se formasse; e em 1939, do mesmo modo, para evitar que Hitler se apropriasse da *heartland*.

Após a Segunda Guerra Mundial, sua visão se adaptou para rever o mundo como estruturado ao longo de dois eixos: o rio lenis, na Sibéria, e o Missouri, no centro da “nova *heartland*” dos Estados Unidos. Teoriza em 1943 a necessidade de uma forte cooperação entre a Grã-Bretanha, a França e a América para manter o equilíbrio de poder frente à União Soviética: a América para garantir defesa de profundidade, a Grã-Bretanha como ilha fortificada e a França como um *bridgehead* defensável. Com a concretização desta previsão, Malta serve à Inglaterra como base de vigilância do Mediterrâneo e o Atlântico se torna o “novo Mediterrâneo”.

Mackinder foi capaz de ver a terra, suas grandes massas, o antagonismo incessante entre terra e mar, e os fatores de metamorfose de técnicas e confrontos.

1.3 Nicholas John Spykman

Spykman (1893-1943) estudou a geografia como fator fundamental da geopolítica dos estados, pois seria o fator mais permanente - não apenas determinista como Ratzel, mas *oportunista*, como Febvre. O estado faz a política de sua geografia, e esta cria uma predisposição.

Daí a predisposição da Inglaterra de buscar sua riqueza e segurança além de suas pequenas costas; da Alemanha de unificar-se e buscar o “espaço vital” que a permita romper sua clausura no interior da Europa; da Rússia, em buscar incessantemente melhor acesso ao mar; e dos Estados Unidos, projetando força sem receio de contrainvasões. A esta visão cabem críticas, pois a geografia e as fronteiras dos estados não são imutáveis, e seu ambiente geopolítico muda com frequência, assim como estabilidades e instabilidades internas.

O trabalho de Spykman tem como *pivot* a zona que chama de *rimland* (as terras costeiras). O *rimland* seria uma zona de frequentes conflitos entre a potência marítima e a potência continental; a potência do *rimland* deve ser anfíbia e defender-se de ambos os lados. Isso explica em parte os problemas de segurança da Grã-Bretanha e do Japão, o Grande Jogo pelo controle da *rimland* da Pérsia e do Afeganistão e as guerras por procuração da Ásia (Coreia, Vietnã).

Spykman insiste na grande heterogeneidade e diversidade da *rimland*, que se estenderia da Escandinávia até a China - um largo cinturão ao redor da *heartland* tradicional. Assim, a Europa costeira se oferece às cobiças da *heartland*

- Hunos, Rússia -, enquanto o Oriente Médio, como zona de encontro de impérios, suscitaria invasões do leste, sul e oeste (turcos, mongóis, árabes, europeus). A Ásia das monções estaria separada da *heartland* por montanhas, o que explicaria a importância histórica dos pontos de passagem (Khyber). Controlar o *rimland* seria importante por sua vulnerabilidade e interação com os poderes marítimos e terrestres.

Spykman se opunha à política idealista de Wilson, voltando-se aos dados geográficos como forma de fundamentar qualquer projeto de paz. Diante da fragmentação do oeste em Europa e Estados Unidos, a União Soviética, afirmava, seria o ator mais importante na preservação da paz, enquanto não tentasse dominar ela própria o *rimland*. O que importava para Spykman não era a ideologia de cada poder, mas a unificação da *heartland* e da *rimland* sob um único poder: grande ameaça, irrelevante qual fosse o estado que a concretizasse. Com a unificação da ilha mundial, os oceanos deixariam de conectar os Estados Unidos para se tornarem zonas hostis de separação e isolamento - assim os Estados Unidos se apropriam das preocupações britânicas insulares e buscam manter os mares como rotas comerciais e de transporte e comunicação em ambas as guerras mundiais.

Cabe última análise sobre a *rimland* asiática, o Japão. Enquanto os Estados Unidos lutavam contra o Império do Japão de ilha em ilha e tinham na China seu maior aliado, Spykman já previa, entre 1942 e 1944, que com sua derrota a maior ameaça na região seria o atual aliado e os Estados Unidos precisariam adotar uma política de proteção ao Japão similar àquela adotada com a Grã-Bretanha. “Os ministros vão e vêm, mesmo os ditadores morrem, mas as cadeias de montanhas subsistem intactas.”

Naturalmente, ao ignorar o aspecto ideológico Spykman perdeu muito de seu poder de análise.

A China comunista que sucedeu Chang Kai-chek foi um fator determinante em sua reorganização como ameaça, somente diante desta mudança fundamental o Japão assumiu seu importante papel estratégico, e, como Washington somente percebeu nos anos 1970, a China, seja qual for seu regime, permanecia a mesma orgulhosa China de sempre, rejeitando qualquer submissão, mesmo à URSS, e ideologicamente negando a hipótese de unificação da “ilha do mundo”.

1.4 A geopolítica nos Estados Unidos depois de Spykman

America's Strategy in World Politics renovou a percepção americana sobre a geopolítica no sentido de evitar a visão de mundo wilsoniana sobre um mundo que aguardava as luzes americanas, reconstruindo-o como uma arena de ambições e forças múltiplas. Cabem três limitações ao trabalho de Spykman.

A primeira é a visão exclusivamente quantitativa do poder, que ignora as crenças dos homens, a descolonização, a emancipação frente ao Ocidente, a ideologia. A segunda é a fragmentação das massas fundamentais de que tratava: o *heartland* e o *rimland* frequentemente estão fragmentadas em entidades aliadas e rivais, por motivos, muitas vezes, ideológicos. Por fim, ignora duas inovações fundamentais: a “bomba de hidrogênio” e os mísseis utilizados pela Alemanha no final da guerra e que poderão mais tarde viajar milhares de quilômetros¹.

Após a guerra, os Estados Unidos reassumiram a visão realista de Spykman como maquiavelismo - com a geografia como um entre muitos fatores do poder. Todos os autores americanos se interrogaram sobre a pertinência da geopolítica

diante das armas nucleares. Gray analisou esta situação diante do avanço incessante da União Soviética em estabelecer mais pontos de apoio e influência. Seus pontos de análise são os seguintes.

1. O antagonismo leste-oeste exprime o eterno confronto entre a terra e o mar, mas agora os governantes não raciocinam em dias e meses, mas em dias e segundos. Estas novas realidades **não abalam** as realidades geopolíticas, pois a MAD manteve os conflitos geopolíticos por procuração como relevantes.
2. A necessidade de opor-se à unificação da *heartland* de toda forma, retomando o raciocínio britânico de Mackinder, pois desta oposição depende qualquer possibilidade de equilíbrio geopolítico de poder.

2 A geopolítica do poder continental: a Alemanha e a geopolítica

A geopolítica alemã morreu em 1946, com o suicídio de Karl Haushofer e de sua esposa, após ter a ciência que desenvolvera associada com justificação da ideologia do *lebensraum* e com o expansionismo nazista da década anterior.

A história da geopolítica alemã se inscreve na historicidade de seu tempo - a Alemanha guilhermina de Ratzel e a hitleriana de Haushofer. Analisá-la é refletir sobre as relações sobre estes autores e o contexto local e temporal de suas Alemanhas.

2.1 Friedrich Ratzel e a Alemanha de Guilherme II

Friedrich Ratzel (1844-1904) foi influenciado por Haeckel, inventor da palavra *ecologia* (a in-

¹ A combinação destas duas inovações - o armamento nuclear e as tecnologias de entrega de longa distância - convergem no míssil balístico intercontinental.

investigação da interação entre o homem e seu meio). Sua visão é evolucionista e nacionalista, e serviu ao exército alemão que combateu a França de Napoleão III. Se tornou geógrafo ao observar os Estados Unidos, e em *Die Chinesische Auswanderung* desenvolveu sua relação entre a população e o planeta e a invasão (“antropogeografia”).

Defensor da construção de um império colonial, estabeleceu um dos primeiros mapas da África e obras sobre espaços políticos, solo, geografia política, comércio e guerra. Seu grande equívoco foi a tentativa de apreender cientificamente seu país natal e identificar ali “leis científicas” de desenvolvimento geográfico - confundindo ciência e paixão.

Em *Die Erde und das Leben, Eine vergleichende Erdkunde*, de 1902, relacionou a biogeografia e a geografia humana, analisando as dinâmicas vitais, biológicas, orgânicas, políticas, culturais e econômicas da vida humana - estas que seriam regidas pelos mesmos princípios de “crescimento, declínio e decomposição” que as plantas.

2.1.1 A Alemanha de Ratzel

Para Hegel, o homem é, em primeiro lugar, filho de sua época. Ratzel viveu a guerra franco-alemã, e pertence às elites que se acreditavam superiores por raça e nacionalidade, tendo, porém, a consciência da Terra como um espaço único. Os geopolíticos desta época opõem o alargamento do trem e do navio a vapor à consciência da pequenez dos territórios europeus. Esta Alemanha, bismarckiana e guilhermina, tem três traços essenciais.

1. Uma Alemanha em pleno crescimento

- Após a unificação sob Bismarck, e sua vitória sobre o “colosso terrível” da França consagra-a como potência. Sua população cresce muito, e a revolução industrial dá muitos frutos. Às vésperas da Grande

Guerra, é o principal Estado industrial europeu - superando em muitos aspectos a força da Inglaterra.

2. *Die verspätete Nation* (a nação atrasada)

- A Alemanha se unifica séculos depois da Inglaterra e da França, que ocupam já um mundo dividido e ocupado. Os ideólogos alemães veem um mundo já repartido, e sem um grande espaço interno como compensação (como nos Estados Unidos ou na Rússia). Esta frustração aumenta em suas fronteiras, apertadas entre as plutocracias ocidentais e a multidão eslava. Isto lhe faz vulnerável, conforme o projeto de Bismarck é a oposição direta a uma coligação europeia que lhe faça frente. Chegado Guilherme II, o sonho alemão de *Weltpolitik* tem uma chance de desenrolar-se, precisando para tal de uma frota e se opondo à Grã-Bretanha.

3. **A nação da ciência** - O atraso da Alemanha não é apenas internacional, é interno em seu sistema sociopolítico. Não conta com um sistema de deliberação coletiva, e proliferam os comunitarismos e feudalidades, a ponto de levar Weber a justificar seus atrasos coloniais por sua estrutura interna. Na Grande Guerra, viu apego às marcas de prestígio, aos estatutos, ao respeito e consciência de uma grande missão a cumprir; nesse contexto quer ser o país da ciência e das certezas demonstradas, encarnadas por Marx em sua rebeldia acadêmica e sua busca por leis objetivas e científicas. A geografia é também atingida pela pretensão do saber absoluto.

2.1.2 A geografia política de Ratzel

Ratzel veiculou imagens de sonhos alemães da época em geografia política. Sua “biogeografia” vê o Estado como uma extensão das formas de

vida da Terra.

O cientismo, em 1890-1914, está em crise diante dos conceitos inexplicáveis, e leva à busca por correspondências entre a natureza e o ser humano. Herbert Spencer (1820-1903) desenvolve nesse contexto o darwinismo social, enquanto Henri Bergson (1859-1941), na França, desenvolve uma teoria espiritualista entre a vida e a consciência.

As noções sociopolíticas de Ratzel tendem a es-
corregar para um misticismo naturalista, em que as ações humanas resultariam de **pulsões vitais**, obedecendo a dinâmicas elementares.

Ratzel busca responder às preocupações do Estado prussiano, propondo uma solução político-científica verdadeiramente útil e instrumental. Isto se baseia:

1. **Estado e solo** - O Estado deveria se desenvolver no território, assim como o homem não se concebe como tal sem o solo terrestre, sendo o Estado sua maior obra sobre ele. Todo Estado obedeceria a uma dinâmica orgânica buscando a independência, assegurando recursos. Privados disso, se reduziriam a “órgãos” (na concepção orgânica). Assim o Egito, como colônia de Roma, é apenas um fornecedor de trigo, este que impede que a população de roma se rebele. Por fim, cada espaço teria propriedades desconhecidas, favorecendo ou impedindo o crescimento de Estados, assim como faz com os indivíduos e famílias.
2. **O crescimento espacial dos Estados** - Para Ratzel, a disputa política dos Estados estava na luta pelo espaço, a materialização da reivindicação do *lebensraum*. Para tal, faz três referências: (1) a China e suas migrações, ressaltando a emigração chinesa como colonização pacífica e pelo comércio. Ressaltava a necessidade de consoli-

dar a conquista pelo trabalho, comércio, ocupação efetiva; (2) os Estados Unidos, na figura da conquista do Oeste, como um protótipo de Estado do futuro, se desenvolvendo sobre espaços imensos; e (3) a Grã-Bretanha, na figura da formidável expansão colonial, industrial e comercial, expandindo-se sobre todos os continentes.

Ratzel se pergunta sobre a identidade de seu país e sua posição no mundo. Tenta, assim, explicar uma “imperfeição” geopolítica da Alemanha em relação à Grã-Bretanha.

O primeiro fator é o polimorfismo, incluindo a Alemanha os Alpes, as montanhas médias e a planície do Norte. Seria um “império do meio”, no centro da Europa, ameaçado por ambos os lados cuja sobrevivência depende da colonização paciente. Daí a ideia de germanização dos poloneses e da Alsácia-Lorena a partir de 1871.

O segundo é a intenção de potência mundial (*Weltmacht*). Para tal, acreditava ser necessário estar presente em *todas as partes do universo conhecido*, especialmente nas estratégicas, seguindo o exemplo do Império Britânico. Daí as reivindicações de “compensações” por Guilherme II e por Hitler, como requisito fundamental para o desenvolvimento pleno da Alemanha.

Por último, a Alemanha de Bismarck não incluiria todos os alemães (*germânicos*), estando excluídos os da Áustria. Já a partir de 1848 se discutia a “Grande Alemanha”, um estado integralmente nacional e pan-germânico - um programa que o próprio Ratzel presidiu por algum tempo, alimentando o programa hitleriano de *Anschluss* e da conquista dos Sudetas com a Checoslováquia.

Ratzel morreu em 1904, logo antes da violenta rivalidade marítima entre a Alemanha e a Grã-Bretanha encabeçada pelo almirante Tirpitz, pelo controle do Marrocos.

A guerra ofereceria um excelente terreno de análise para definir relações entre espaço e poder. Durante a Grande Guerra, a revista *Geographische Zeitschrift* propôs análises das operações; mas sua abordagem não se afastou da geografia física. Tampouco vê os inimigos da Alemanha como “atores” com real volição e reação, impedindo qualquer visão estratégica.

O sonho de geógrafos de se tornarem conselheiros dura pouco; são rejeitados pelo *top brass* como “saber professoral”.

2.2 Karl Haushofer e a Alemanha de 1918 a 1945

Este, que talvez seja o geopolítico mais conhecido, é indissociável da história da Alemanha, especialmente de seu período violento e trágico da derrota de 1918 ao apocalipse de 1945.

2.2.1 Haushofer, um alemão do seu tempo

De 1869 a 1933 - Karl Haushofer (1869-1946), como oficial de carreira (1887), não empreendeu nada de especial. Em missão diplomática no Extremo Oriente (1908), suas impressões sobre o Japão e sobre a Manchúria influenciaram seu trabalho posterior. Seu primeiro livro, sobre o Japão, foi escrito enquanto doente em 1912.

Participou de duros combates na Grande Guerra. Em 1900, leu os trabalhos do inventor do termo “geopolítica”, Rudolf Kjéllen - *a ciência do Estado enquanto organismo geográfico, tal qual se manifesta no espaço* - país, território, e império. Convenceu-se da geopolítica como um “objetivo final” (1917), e neste momento já manifestava forte nacionalismo.

Após a derrota de 1918 multiplicou sua atividade e se pôs a serviço da política do *Volkstum*, a comunidade alemã por completo, além das fronteiras da República de Weimar. Nos anos 20 e

30 produziu muito e se impôs como autoridade até 1939.

De 1933 a 1946 - Em 1919 Haushofer conheceu Rudolf Hess, com o qual estabeleceu ligação muito forte. Quando Hitler é nomeado chanceler, em 1933, já havia encontrado Hitler muitas vezes - conversas das quais não resta nenhum registro.

A Alemanha nazista ilustra bem as contradições de regimes que não toleram qualquer desvio. Por um lado, Hitler, até 1939, encarnava, para Haushofer, a Alemanha grande e forte que este desejava; por outro lado, a Alemanha de Haushofer era a guilhermina, aristocrática, burguesa, hierárquica. De acordo com Jacobsen, Haushofer, em sua ingenuidade, confiança cega e desconexão com o mundo real, pode ter não reconhecido seu enorme erro.

Ele aparece à margem da Alemanha de Hitler. Nos primeiros anos do Terceiro Reich, tem certa responsabilidade nas ações que visam os alemães de origem e que vivem fora do Estado alemão (*Volksdeutsche*). A partir de 1939 é uma “testemunha impotente”, entregue a suas pesquisas. Em 1949, um de seus filhos foi implicado em negociações secretas de paz germano-inglesa. Em 1941 Hess, seu protetor, voou para a Inglaterra, onde permaneceu preso até o fim da guerra.

Tem dificuldade em publicar em sua revista qualquer coisa “neutra” num Estado não apenas em guerra, mas totalitário. O que foi escrito após 1933 foi, em geral, escrito sob constrangimento.

A partir da Operação Valquíria começou seu inferno; suspeito de cumplicidade, foi detido pela Gestapo por um mês. Enquanto ele condena as ações de Stauffenberg, seu filho está entre os conspiradores, e foi executado em abril de 1945. Com a capitulação da Alemanha, foi capturado pelos americanos; ouvido como testemunha em

Nuremberg; e confrontado com Hess, de quem foi mentor, que finge não o conhecer.

Em 10 de março de 1946, se suicidou, acompanhado de sua mulher, Martha Doss, que o havia acompanhado por toda a vida, inclusive na elaboração de suas reflexões, após ser expulso da universidade de Munique e ter sua imagem atrelada ao projeto expansionista nazista.

2.2.2 A geopolítica de Haushofer

A geopolítica alemã é filha da derrota de 1918 e o *diktat* que a seguiu. Seus geopolíticos, portanto, buscam elaborar ferramentas que ajudariam a Alemanha a obter seu lugar de direito no mundo, ultrapassando a geografia política de Ratzel pela geopolítica - a “atividade política num espaço natural”. A geografia política observaria as formas do ser estadual; a geopolítica se interessaria pelos processos políticos em geral, como uma consciência geográfica para conduzir ao ato político.

Haushofer reformulou as formulações de Ratzel: qual o lugar da Alemanha no mundo? Ratzel o fez a partir da vitória “inacabada” de 1871; Haushofer o fez a partir do trauma de 1918. Se guia por três preocupações:

1. **A noção de espaço vital** - Esta continua central para um homem muito sensível a densidades geográficas e revoltado com 1918, de forma que acreditava que o espaço cultural alemão deveria reencontrar sua unidade, se expandindo para a Europa Central (sua área de expansão “natural”).
2. **Uma grande atenção às dinâmicas de constituição de grandes conjuntos (pan-ideias)** - Duplamente representante de sua época (o período entre guerras), via o futuro nos espaços unidos por princípios comum. Os EUA e a Rússia se apoiariam nesses princípios - na ideia pan-americana

e pan-pacífica. Esta temática se encontra nas potências do Eixo em sua busca de autossuficiência espacial - o Japão da Segunda Guerra Mundial quer ser o coração de uma esfera de prosperidade pacífica e asiática; a Alemanha quer uma comunidade econômica europeia.

As colônias seriam simultaneamente a força e a vulnerabilidade do modelo do qual a Alemanha foi privada. Existia ali um sentimento de “ligação” entre a Alemanha e o Terceiro Mundo - a oposição ao peso esmagador dos imperialismos anglo-americanos.

Isto ascendeu como o sonho de uma frente comum da Alemanha e povos oprimidos, por iniciativas pontuais (como a ferrovia Berlim-Bagdá e o apoio ao governo antibritânico do Iraque) para quebrar o cerco à Alemanha, contribuindo para a destruição da imensa cintura colonial.

3. **Potência continental, potência marítima** - Mackinder é um grande inspirador de Haushofer. Após o pacto Ribbentrop-Molotov, Haushofer acreditou que a formação de um grande bloco eurasiático - a *heartland* unificada - havia se realizado. Este bloco não tem alicerces - o Japão, furioso com esta aliança e signatário do Antikomintern, acabava de concluir um pacto de não agressão com Moscou, e a Operação Barbarossa destruiu qualquer perspectiva de aliança real.

Sua geopolítica subestima os Estados Unidos. No período entre guerras o EUA é visto como um continente exótico, fechado, isolado, decadente e individualista. Aos olhos de Hitler, são uma “plutocracia judaizada”, sem o sentido da guerra. O pensamento de Haushofer seguia esta ideia de uma América acabada - e sua for-

mação militar não aprecia os fatores industriais, financeiros, científicos e sua grande capacidade de mobilização, além de sua invulnerabilidade afastada.

2.2.3 A geopolítica haushoferiana: ciência nazista?

A geografia política de Ratzel e a de Haushofer constituem componentes importantes do clima intelectual alemão de 1890 a 1945 - os escritos de Haushofer sustentam a juventude nazista, e sua revista não soube escapar às tensões políticas entre nacionalistas conservadores e nazistas. O próprio Haushofer é entusiasmado pela ascensão da Alemanha a partir de 1933 e pela liderança de Hitler; nestes anos foi um conferencista muito convidado. Sua Europa é também atingida por paixões extremas, em luta de ideologias e de Estados - como poderia sua geopolítica não estar comprometida?

Há uma incompreensão trágica entre o empreendimento hitleriano e o geopolítico - não há evidência de consideração racional do espaço por Hitler. Se obcecado pelo Leste, é por seus recursos (trigo, carvão, petróleo do Cáucaso) e porque ideologicamente *precisa* destruir a escória marxista-leninista. Aos seus olhos, produz uma revolução, e só retém da geopolítica o que vai de encontro à sua “missão”. O *Mein Kampf* não tinha nada a ver com geopolítica.

Inseparável de sua esposa meio judia, Haushofer ele mesmo está impregnado de um ambiente antissemita; ao mesmo tempo, considera-se um cientista construtor de uma disciplina não-ideológica. Hitler se vê como o único porta-voz legítimo de sua ideologia. O intelectual que sonha ser conselheiro do príncipe pouco pensa sobre o imenso preço a pagar.

Uma ciência que explica o que a realidade exige dos homens precisaria ser capaz de compreender tal realidade objetivamente. Isto é uma im-

possibilidade.

A geopolítica alemã foi extremamente dominada pelo destino do povo alemão. Cabe questionar se uma ciência “a-histórica” pode ser sequer cogitada. Como cientistas humanos, políticos geográficos, Ratzel e Haushofer não poderiam tê-lo feito de seus laboratórios. Ao tentar superar Ratzel, Haushofer afastou-se do ideal científico de neutralidade que Ratzel valorizava, mesmo que não o tenha atingido; como poderiam, afinal, os saberes humanos serem reduzidos a saberes sobre coisas?

O Pivô Geográfico da História

Halford J. Mackinder

Geografia total, história global

É comum afirmar que a exploração geográfica está quase terminada, e a geografia deve agora ser direcionada para a investigação intensiva e a síntese filosófica. O fim do século XIX foi o fim de uma grande época histórica não apenas pelo fim das descobertas, mas pelo avanço da ciência.

A partir de 'hoje', no que o autor chama de "época pós-colombina", vê um sistema político novamente fechado, oposto à expansão europeia sem resistência significativa da "época colombina" - pois explosões de forças não seriam mais dissipadas num entorno "bárbaro", mas *ecoariam* nas mais longínquas partes do globo. Relaciona a isso a mudança da *busca pela expansão* pela *busca pela eficiência*.

Vê essa situação como a primeira oportunidade de correlacionar a geografia "total" com a história "geral", buscando certa causalidade geográfica sobre a história universal, com o objetivo de colocar em perspectiva certas forças competidoras na arena mundial - mostrar a história humana como parte da vida do organismo mundial. Não nega a agência do homem, nem deseja prendê-lo em materialismo ou determinismo, mas estudar o controle da natureza sobre tal agência.

Mackinder vê a história da Europa como subordinada à história da Ásia, considerando que a consciência das nações europeias se formou apenas resistindo a invasões asiáticas e outras invasões externas. Nega a coincidência simplista

entre a Rússia europeia e a planície do leste europeu, destacando a diferença entre o norte de floresta e a estepe sul russa - Moscou ao norte, linha divisória que se estende até o centro da Europa peninsular.

Hoje o cultivo eliminou em grande parte esta distinção, que no passado coagiu em muito o poder humano - a Rússia e Polônia estavam inteiramente estabelecidas nas clareiras da floresta do norte, e os nômades turanianos (hunos, ávaros, búlgaros, magiares, khazares, patzinaks, cumans, mongóis e kalmuks) dominavam a estepe e investiam sobre a floresta. Toda a história da Europa pode ser descrita como resultado dessas incursões, inconscientemente moldando as nações europeias ao lutar ombro a ombro contra os "nômades", mediar suas negociações e interagir com o resultado de suas invasões.

Um poder rival era detido pela potência naval escandinava, que penetrava continente adentro pelos rios. Os povos continentais, presos entre o poder naval escandinavo e o terrestre dos nômades asiáticos. Estas pressões foram estimulantes, não esmagadoras - a Inglaterra e França se formaram no combate contra o invasor escandinavo, a Europa Central contra o invasor nômade.

Aqui o autor considera o Velho Mundo em sua totalidade, o supercontinente afroeuroasiático. Dois terços da população do mundo residem e residiam em regiões relativamente costeiras, possivelmente por razões climáticas. Por esta mesma razão a fronteira sul da África era o

Saara, não o Cabo, considerando a vastidão inabitada do grande deserto.

Na eurásia, destaca que os grandes rios não são úteis para a comunicação com o mundo exterior, com o Volga, o Amu-Dária e o Sir Dária desaguardo em lagos salgados; e o Obi, o Ienissei e o Lena em oceanos congelados do norte; e o Tarim e o Helmand desaparecendo nas areias no deserto. Vê a eurásia, portanto, como uma estepe isolada fornecendo extensos e escassos pastos, com nenhuma extensão de água advinda do grande oceano, ideal para populações nômades domesticadoras de cavalos e camelos. Ao norte, limita-se numa faixa de florestas e pântanos subárticos; no leste e no oeste por grandes florestas.

As hordas que no século XIV caíram sobre a Europa se reuniram nas altas estepes da Mongólia - seu estrago, porém, foi apenas um eco distante da grande movimentação com os nômades de Genghis Khan. A Horda Dourada ocupou a estepe de Kipchak, do mar de Aral; e a outra horda desceu entre o Cáspio e o Hindu Kush, dentro da Pérsia, Mesopotâmia e Síria, fundando o domínio de Ilkan. Uma terceira horda penetrou no norte da China. A Índia foi protegida por algum tempo pelo himalaia, mas posteriormente foi também invadida. Esta mesma região viu outros empreendimentos similares, como o dos turcos seljúcidas cinco séculos antes, na região dos cinco mares (Cáspio, Negro, Mediterrâneo, Vermelho e Pérsico); e as próprias Cruzadas na violenta zona de encontro do Oriente Médio como reação às pressões asiáticas.

Esta enorme *heartland* tem quatro grandes regiões, que coincidem com as antigas quatro grandes religiões - budismo, bramanismo, maometismo e cristianismo: as terras monçônicas (subcontinente indiano e sudeste asiático), a Europa regida pelas chuvas do Atlântico e o Oriente Próximo, terra dos cinco mares, desprovida de umidade e escassamente povoada, compartil-

hando das características tanto da faixa marginal quanto da área central da Eurásia.

Note-se que o Oriente Próximo está ao alcance dos poderes marítimos por seus grandes golfos e rios marítimos: o istmo de Suez era o ponto mais fraco das civilizações antigas, por dividir o poder marítimo em oriental e ocidental, conforme os povos das estepes tratavam os planaltos do Irã e Ásia menor como postos avançados para atacar a Índia (pelo Punjab), o Egito (pela Síria) e a Hungria (pelo Bósforo e Dardanelos). Viena, na porta da Europa interior, viu seus próprios ataques. Distingue-se aqui a diferença entre o poder sarraceno e turco sobre o Oriente Próximo. O poder sarraceno era fundamentalmente talassocrático - baseado na navegação costeira. O poder turco, em seu início, que subjugou o poder sarraceno, era terrestre e advindo do coração da Ásia.

A descoberta do cabo da Boa Esperança diminuiu a vantagem estratégica da posição central dos nômades. A época colombina dotou os europeus de maior mobilidade, acessando o grande oceano. Isso inverteu as relações entre Europa e Ásia. Define, por fim, as “ilhas exteriores” do crescente insular como bases exteriores e insulares para o poder marítimo e o comércio, inacessíveis para o poder terrestre da Eurásia. Este poder ainda existe, materializado nos cossacos organizados da Rússia, o poder russo expandindo-se para a Sibéria, a Comunidade Polonesa, etc.

Ressalta a contínua oposição cultural entre latinos e gregos - materializada, hoje entre teutões e eslavos, diante da falha romana em latinizar os gregos. Assim, o poder terrestre moderno é distinto, também, na cultura.

A Rússia emergiu em segurança de sua anterior reclusão nas florestas setentrionais com

a emergência dos cossacos¹. Com a migração eslava para o sul, Odessa ascendeu com a velocidade de uma cidade americana no século XIX.

Mais recentemente, as ferrovias costeiras alimentaram o poder marítimo, e as grandes ferrovias transcontinentais modificaram e incentivaram o poder terrestre. O tráfego oceânico, barato, manipula mercadorias quatro vezes; o tráfego por ferrovia, duas. Os carvões ingleses e alemães, desta forma competem a caminho da Lombardia.

A região pivô da política mundial

O autor infere, das considerações anteriores, que esta grande eurásia, mais especificamente a grande estepe do centro do mundo, a região pivô da política mundial, inacessível às embarcações da antiguidade, dominada por nômades e hoje coberta por grandes ferrovias. Ocuparia, no mundo todo, a posição estratégica de centro que a Alemanha ocupa na Europa central; pode atacar e ser atacada por todos os lados. Desfazer-se do Alasca teria sido estrategicamente sólido, diante da política russa de não possuir no além-mar, focando-se na vantagem da dominação da *heartland*.

Descreve o crescente interno ou marginal: Alemanha, Áustria, Turquia, Índia, China; e o crescente interno ou arco exterior, com Grã-Bretanha, África do Sul, Austrália, os Estados Unidos, Canadá e Japão. Prevê a divisão do mundo no oceano Atlântico.

Analisa com receio a possibilidade do Estado-pivô, uma aliança entre Alemanha e Rússia, o

que permitiria vastos recursos para a construção de uma grande frota. Talvez seja essa a ideia subjacente da frente militar britânica sudeste, do Cabo à Índia: negar a concentração do Estado-pivô em embarcações, opondo a ele exércitos a partir de cabeças de ponte variadas noo crescentes insular e interior.

Menciona o desenvolvimento das vastas potencialidades da América do Sul, podendo fortalecer os Estados Unidos ou separar Berlim da política de pivô se a Alemanha pudesse desafiar a doutrina Monroe. De um ponto de vista geográfico, o equilíbrio de poder, portanto, não será material, mas circularão o Estado pivô.

Os fatores geográficos, ainda que **certamente** não os únicos, são os mais estáveis e portanto mais calculáveis que os humanos. Prevê que seus cálculos, nesse contexto, possam se aplicar tanto à história quanto à política do presente; e que a marcha imperial para o oeste foi uma breve retação da área pivô para se concentrar em suas margens sudoeste e oeste. Relaciona os orientes Próximo, Médio e Extremo ao equilíbrio instável das potências interiores e marginais.

Conclui com o seguinte: a substituição da Rússia no domínio da estepe não tenderia a reduzir o significado geográfico da posição pivô. Se a China o fizesse, por exemplo, somaria ao domínio terrestre da estepe sua grande frente oceânica, uma vantagem que, até a data da publicação, os russos não haviam podido consolidar.

¹N.E.: Imagino que o que o autor quis dizer aqui foi a consolidação dos meios de poder terrestre e mobilidade, com referência à cavalaria cossaca, e não ao hetmanato cossaco da região norte ucraniana.

A Nova Geopolítica do Século XXI

Paulo Visentini

O desaparecimento da URSS e desenvolvimento asiático trouxeram a geopolítica de volta ao debate acadêmico e diplomático-securitário. Discute-se o retorno dos grandes Estados continentais, a oposição ao predomínio dos impérios marítimos e a situação estratégica das áreas periféricas como fornecedoras de recursos naturais e centros de crescimento econômico.

As sucessivas formas de geopolítica ao longo do Século XX

No fim do século XIX, surgiu a geopolítica, no livro *Politische Geographie* de Friedrich Ratzel - que defendia a determinação da política externa de um país por suas características geográficas. Introduziu também o conceito de *Raum*, especialmente relevante para a geopolítica alemã da época em sua busca pela *Mittleuropa*. Em 1904, Mackinder elaborou sua teoria da *heartland*, cujo poder unificado poderia ameaçar os impérios marítimos do *crescente insular*. O almirante Mahan, em 1900, estabeleceu por sua vez que uma potência marítima poderia perdurar enquanto controlasse uma série de pontos de apoio na costa da Eurásia.

A URSS constituiu um *heartland* mais unificado, especialmente após a Revolução Chinesa. Com o fim da guerra fria - tanto um conflito quanto um sistema - a geopolítica foi momentaneamente desconsiderada, mas ressurgiu com força no século XXI, recuperando seu componente econômico. A nova concorrência é formada (1) da multiplicidade envolvendo a UE, a nova Rússia e a China; a expan-

são da geopolítica para o Sul; o envelhecimento da população do Norte e a rápida urbanização do Sul; a aceleração da revolução científica e tecnológica; e a globalização neoliberal. Os novos atores são especialmente privados, mas o Estado permanece central.

Se acreditou por algum tempo que haveria uma paz liderada pelos Estados Unidos. Com o 11/09 este pensamento mudou; os conflitos sangrentos da Iugoslávia, Ruanda, nas periferias da antiga URSS e no Afeganistão, inicialmente vistos como vestígios de um mundo antigo, passaram a ser encarados como o enorme desgaste político, moral, militar e econômico que eram. O ocidente foi levado ao Oriente Médio. A Somália desapareceu como Estado, o mesmo ocorreu com a Líbia; e a Primavera Árabe desorganizou ainda mais a região. A Síria segue numa guerra civil extremamente longa e violenta. A Europa se desestabilizou com a grande onda de refugiados gerada, assim como pelo Brexit, por uma gorda de grandes atentados e pelo falhado golpe militar na Turquia.

A China ampliou suas forças armadas; a Rússia de Putin travou diversas guerras em sua região de influência imediata. Os EUA tentaram implantar um *escudo antimísseis* na Europa e Ásia, expandindo a OTAN para cada vez mais perto das fronteiras russas e provocando uma reação de Moscou. A Coreia do Norte e o Irã continuam a jogar um jogo nuclear perigoso; a Ásia vive em constante crise com a remilitarização do Japão e a questão do Mar do Sul da China.

Até a África se desenvolveu e ganhou importância, com enormes recursos e acesso a oceanos. Os EUA militarizaram a região com o AFRICOM e a IV

Frota, a pretexto de combater o terrorismo, diante das rotas estratégicas do Atlântico Sul e Índico, e de seus imensos recursos petrolíferos.

A Organização da Cooperação de Xangai (SCO) se opõe aos avanços da OTAN, ainda que seu pretexto seja o combate ao terrorismo. Milhares de soldados foram lançados ao mercado privado, e armas são vendidas a quem puder pagar. A guerra moderna é executada por companhias, aliados regionais, milícias locais e grupos políticos.

A competição entre nações e empresas se aclear, alinhando as antigas e emergentes potências em coalizões de antagonistas. A crise econômica desde 2008 afeta as relações internacionais e a governabilidade. Este quadro lembra a crise de fim de século antes das guerras mundiais.

Líderes com visão estratégica e capacidade de negociação estão em falta. As OIs estão ineficientes e paralisadas; a população cresce e envelhece. O consumo aumenta muito; as necessidades estratégicas também, por matéria-prima, energia e alimentos. As cidades se expandem e se tornam ingovernáveis. A crise ambiental e climática ataca qualquer visão de longo prazo.

O lugar da Ásia na reconfiguração geopolítica

Durante séculos os impérios continentais da Ásia foram eclipsados pelos marítimos do Ocidente. No século XX, certas mudanças se iniciaram. A Ásia oriental tem sido a região economicamente mais dinâmica do mundo nos últimos 40 anos. Novos polos de poder assim nascem. Este processo não tem sido corretamente analisado.

A Ásia não é um “bloco”. O Japão deixou sua posição central; a China emergiu como polo articulador, com base econômica e histórica. A Ásia possui, portanto, vários polos de poder regionais: a China, a Índia, o Japão e a Indonésia.

Durante a Guerra Fria esteve dividida, com o cen-

tro de desenvolvimento no Japão; com a derrota no Vietnã, a aliança sino-americana e os Tigres Asiáticos causaram muitas mudanças. Com a queda da cortina de ferro, a China despontou e a Índia iniciou seu próprio ciclo de desenvolvimento econômico e nuclear.

No sudeste, a ASEAN, por si, se integrou e desenvolveu unindo muitos tipos diferentes de Estado. No Nordeste, o espaço geopolítico se reconstruiu pela SCO. A hierarquia e estabilidade, na Ásia, se unem ao conceito ocidental de soberania. Novos eixos de cooperação sul-sul são estabelecidos, como os da China e Índia com a África.

O impacto imediato do fim da Guerra Fria na Ásia

Com a *Perestroika* o desenvolvimento econômico asiático e a aliança com a China deixou de ser interessante aos Estados Unidos, que começou a pressionar a Coreia, Taiwan e a China pela democratização. A queda da URSS trouxe muitas incertezas; a globalização se tornou regionalização econômica. A Ásia Oriental emergiu como uma nova fronteira econômica, agora centrada no Pacífico, não no Atlântico.

Certos fenômenos preocupantes atingiram a região, como a urgência caótica, atingiram toda a região (exceto o Japão), especialmente a China, assim como a desestabilização de elementos de mercado introduzidos numa sociedade que se lembrava com proximidade do socialismo. A região também é dependente do mercado mundial, e vulnerável a pressões de outros países e crises internacionais. Assinala-se que não existe um “bloco asiático” como tal.

A análise econômica não é suficiente. Passemos à segurança regional - com a ascensão e modernização militar da China e ampliação de sua autonomia, que preocupam os EUA em sua busca por reafirmação de predominância a custos mais baixos que aqueles da Guerra Fria.

A reconfiguração do espaço geopolítico asiático

No início dos anos 90 o Vietnã se abriu ao exterior, permanecendo comunista e se aproximando do modelo chinês de socialismo de mercado. Washington se aproximou do país buscando construir um grupo de países que pudessem contrabalançar o peso da China, explorando o conflito Beijing-Hanoi das Ilhas Spratli, ricas em petróleo. Este também é o caso da Índia, antigo aliado da URSS que se integra à economia mundial como alternativa à China.

Os Tigres e a China se tornaram competidores ambiciosos, independentes entre si e em relação à economia americana. O Japão, em si, se encontrou numa longa recessão e incerteza política, mas se recusa a implementar reformas neoliberais. Os EUA parecem querer um caminho que leva ao afastamento do Japão como centro asiático.

A realidade nova da Ásia pós-soviética ainda não é consolidada - a mudança é constante. A cooperação Rússia-China tem sido intensa desde a *Perestroika* e a normalização de suas relações em 1991. Ocorre forte compartilhamento de tecnologia e venda de equipamento militar, também nos campos aeroespacial e militar. Esta cooperação tende a se manter, e se fortalecer com a pressão ocidental sobre Moscou.

Com os acordos de paz do Camboja de 1992, o acercamento sino-vietnamita levou à criação da ASEAN. A cooperação entre a China e o sudeste asiático, ainda que a mídia ressalte o contencioso das Spratli e do Mar do Sul da China, tem **crescido**. Desde a abertura da Indochina, esta tem participado e cooperado também no âmbito da ASEAN.

A Índia se vinculou ao dinamismo da Ásia Oriental. Com a globalização econômica e a revolução científico-tecnológica, Nova Delhi abriu sua economia e se *integrou* ao ciclo de desenvolvimento. Myanmar, por sua vez, de governo militar, capotou investimentos e se uniu à economia mundial enquanto consolidou sua posição doméstica au-

toritária.

A Ásia Central, de novos Estados ex-membros da URSS detentores de imensos recursos naturais, lentamente encontraram equilíbrio entre Moscou e Beijing dentro e por meio da SCO. Isto é uma das razões para a presença americana na região desde a Guerra do Golfo - buscando não apenas recursos, mas uma zona geopolítica de contato entre Europa e Ásia. A reabertura da Rota da Seda é significativa conforme se esboça a nova noção de *eurásia*.

Expandindo-se ao interior da eurásia, as potências asiáticas ampliam seus recursos naturais e industriais, e cria novos problemas e tensões, pois a região não conta com mecanismos de segurança coletiva. Para os EUA, uma Ásia que se volta para a Ásia é uma região cuja evolução político-econômica é difícil de controlar.

O socialismo de mercado: um novo segundo mundo?

Este “novo segundo mundo” se aproxima, em certos aspectos, da economia de mercado planificada soviética dos anos 20 - mas que está inserida na economia mundial, sobre a qual influi. Este fenômeno anuncia uma ordem mundial multipolar e não-hegemônica. Este “novo” segundo mundo mantém uma discreta e sutil cooperação com o “velho” segundo mundo. O que importa é que os regimes e modelos asiáticos (“autoritários” e “estatistas”, de acordo com o Ocidente, que os pressiona) têm importantes interesses em comum, seja qual for seu sistema econômico formal.

Com as reincorporações de Hong Kong e Macau, encerrou-se o colonialismo na Ásia, e os asiáticos sabem que isso não seria possível sem a China. É possível afirmar que certa **consciência** da *heartland* pode se formar na Ásia. A resposta desta incógnita será a posição assumida pelo Japão. De economia em recessão e população envelhecida, dá sinais de esgotamento. A chave estará, porém, na política externa assumida por Tóquio - como a fronteira do

império americano (economia *Nichibei*) ou parte da Ásia e sua fronteira ocidental.

O país tem se voltado para o continente, as questões de segurança regional o chamam, - por outro lado, ainda depende do mercado americano e é muito vulnerável às pressões diplomático-militares americanas por dependência securitária. Por fim, as questões nipo-asiáticas da Segunda Guerra ainda não estão plenamente solucionadas.

A península coreana é outra região sensível e importante. A crise econômica do regime do norte coincidiu com pressões americanas para a abertura da economia sul-coreana; Pyongyang utiliza o poder nuclear como forma de buscar um acordo que permita-lhe sair do isolamento. Sem alterar sua estrutura socioeconômica, tem atraído investimentos externos no Rio Tumen, em Sinuju e em Kaesong. Ainda que improvável, a reunificação não é necessariamente bem vista por Washington - pois a Coreia do Sul desenvolveu-se a ponto de assumir formas próprias (como a cooperação com a China), e a unificação criaria uma nova potência regional, possivelmente nuclear.

A adaptação da diplomacia asiática dos Estados Unidos

Os países asiáticos, mesmo a China, não tendem a rejeitar a presença militar americana, pois esta providencia segurança a um custo reduzido e justifica, para Beijing, um acercamento entre vizinhos para “conter o hegemonismo”. Já as pressões econômicas e políticas não são tão bem-vindas. Os EUA têm conduzido um cerco geopolítico à China, conduzindo acordos com a Mongólia, o Japão e a Índia, e apoiando o separatismo do Tibete e em Taiwan.

Os EUA têm buscado agir também com a Índia e o Vietnã nesse sentido; no entanto, estes países se definem pelos *Cinco Princípios da Coexistência Pacífica* e pelo *Ideário de Bandung*, assim como a China, além de possuírem com ela interesses comuns de

longo prazo.

O retorno da geopolítica: a emergência do *heartland* eurasiano

Muitos analistas consideram o surgimento da Eurásia como região geopolítica e geoeconômica. Desde o fim do sistema colonial, Ásia e Europa têm caminhado separadas, o que agora pode mudar. A consolidação do espaço eurasiático poderia alterar o equilíbrio internacional.

A Rússia, ainda que muito menos poderosa que a URSS, se manteve como um parceiro em campos sensíveis, e constitui o elo terrestre necessário ao espaço eurasiano. Desde Primakov e Putin, a Rússia cresceu econômica, diplomática e militarmente. Com a China, criou *Os Cinco de Xangai*, depois Organização da Cooperação de Xangai com o ingresso do Uzbequistão; e se tornou uma potência energética.

Importantes países asiáticos têm buscado cooperar com o Terceiro Mundo, particularmente com a África meridional e com o Mercosul, tornando o Oceano Índico uma espécie de ligação sul-sul. O impacto econômico de curto prazo é limitado, e o foco está no potencial promissor de longo prazo e no elemento estratégico. Sendo o espaço asiático *em desenvolvimento*, existe amplo espaço para parcerias estratégicas entre nações *em desenvolvimento*. O Fórum de Cooperação China-África desde 2006 é um exemplo de protagonismo global chinês.

Organização da Cooperação de Xangai: um bloco “antiocidental”?

O foco dos primeiros esforços de cooperação na ásia pós-soviética eram pela busca de estabilidade regional, e criou um contrapeso oriental como

reação à projeção de interesses americanos. Formada em 1996, hoje ela inclui a China, Rússia, Cazaquistão, Tadjiquistão, Quirguistão, Uzbequistão (admitido em 2001), Índia e Paquistão (2016), Mongólia, Irã e Afeganistão (observadores).

Os Estados asiáticos dependiam financeiramente do poder central da URSS e foram forçados a se tornarem independentes - o que nunca haviam sido, pois tinham riqueza natural em excesso, população em falta e nenhuma saída para o mar, expostos ao terrorismo, extremismo e separatismo. Participar da organização se tornou vital.

Chama atenção a reunião de poderes - nuclear, econômico, energético, demográfico - e de potências, China e Rússia, ambas nucleares, que no CSNU têm assumido posições similares. A Índia e Paquistão ampliaram em muito este caráter.

Tanto a China quanto a Rússia têm aprimorado suas forças aeroespaciais e navais. Os países da Ásia Central são *ou* detentores energéticos ou rotas importantes - com o Cazaquistão tendo sobrepulado o Uzbequistão como potência centro-asiática e sendo o quarto país mais importante da OCX/SCO (depois da Índia). O PIB da OCX ultrapassa os 15 trilhões de dólares. Possuem 27% do gás natural provado do mundo; e responderam por 20% do total de barris de petróleo produzido em 2009.

A OCX materializou a “reabertura da rota da seda” - a integração de transportes leva mercadorias chinesas à Europa a custo mais baixo que o transporte marítimo, e gás e energia da Rússia e da Ásia central à China. Esta rota logo se ligará ao porto de Gwandar, no Oceano Índico, pelo Paquistão.

Na teoria, a OCX não busca qualquer confronto - na prática, serve como ferramenta para o afastamento dos Estados Unidos da Ásia Central, o que chineses e russos vêem como benéfico (com exceção da questão afegã), o que diminui o risco de “revoluções coloridas” na região. Os ecos de Beijing e Moscou contrariando o hegemonismo americano ressoa nas declarações da organização.

A Ásia e a geopolítica da Guerra ao Terrorismo

A guerra ao terrorismo que os EUA desencadearam após 2001 desencadeou ampla intervenção no Afeganistão e Iraque e presença militar parcial no Cáucaso e países da África Central. Esta introdução de uma cunha no centro da Eurásia denuncia o cerco que se tenta estabelecer contra a integração sino-russa.

A China, enquanto estreita relações com seus vizinhos e mantém seu desenvolvimento econômico com seu intercâmbio com os EUA, participa dessa “grande diplomacia” de forma cautelosa, evitando polemizar as questões do Oriente Médio de forma a criar um polo de poder com países vizinhos e um novo equilíbrio de forças sem prejudicar seu intercâmbio econômico.

A Índia e Ásia Meridional face à reconfiguração das alianças

Com o fim de sua política neutralista, ainda que estrategicamente aliada à URSS contra a China, a Índia, ao abrir sua economia nos anos 1990, dinamizou a SAARC (Ária de Cooperação Regional da Ásia Meridional) e se tornou um dos polos de informática mais importantes do mundo.

É uma potência nuclear, não signatária do TNP e defensora de sua independência e interesses. A pobreza tem sido reduzida. Sua rivalidade com o Paquistão se relaciona com questões não resolvidas da traumática independência de 1947; essa tensão causa apreensão na região, embora tenha se tentado normalizá-la desde 2001.

Os EUA, antes de 2001, buscavam cooperar com a Índia em alianças anti-chinesas; após os atentados no entanto, o Paquistão constituiu um elemento estratégico para a invasão do Afeganistão. Porém, a própria Índia, pressionada pelas mesmas ameaças, aproximou-se ela própria dos EUA e concluiu com eles um Acordo Nuclear que não prejudicou as re-

lações com seus vizinhos, nem aquelas dos EUA com a China e o Paquistão (diante dos novos interesses americanos na região).

Com a crise financeira de 2008, o prolongamento das guerras na Ásia e a definição de agenda própria pelo BRICS, os EUA se viram desestabilizados; esta situação e a execução de Bin Laden em solo paquistanês prejudicaram as relações americano-paquistanesas.

A China ganhou, por sua vez, mais projeção - aproximou-se de ambos os países e foi procurada pelos EUA para auxiliar o dólar. Os BRICS e a Ásia seguem crescendo; o Japão segue estagnado. A crise econômica não se amaina, e alguns apontam a China e suas exportações como a causa, ao invés da desenfreada especulação financeira das últimas décadas. Novas tendências militaristas surgem, com a desestabilização dos países árabes, a intervenção na Líbia e as guerras na Síria e no Iêmen, bem como a continuação da crise dos refugiados na Europa e Turquia.

Tendências da geopolítica eurasiática e mundial

A China, enquanto evita transparecer pretensões de tributação imperial, é sem dúvida o epicentro da geopolítica asiática, posição que consolida com adaptação e flexibilidade. A aliança com a Rússia é interessante para ampliação do espaço geopolítico. Existem zonas de tensão, a maior das quais é o Mar do Sul da China.

Essas zonas são administradas, porém, separadamente, sem unir-se num cenário anti-chinês. A geopolítica asiática lentamente parece se fechar num único cenário, marcando o retorno das potências terrestres diante do peso da economia chinesa.

Ainda que o mundo viva quatro crises (econômica, ambiental e energética, ideológica e política), existem tendências de mudança e permanência: a permanência do sistema capitalista, da ONU, da liderança americana; e a aceleração do progresso

científico-tecnológico e da globalização da economia com grandes corporações internacionais.

A população brasileira se estabilizará em 2045, quando ainda não teremos ocupado todo o território nacional. Corremos o risco de nos tornarmos uma nação idosa e pobre.

As nações ocidentais atingiram um nível muito elevado de desenvolvimento, e tendem a influenciar seus Estados a manterem a situação ante o consumo de quantidades enormes de recursos naturais. Os que possuem em seu território economizam para emergências - buscam, portanto, o acesso livre aos recursos de outras regiões, projetando poder sobre passagens oceânicas e áreas de ligação.

No Oriente Médio e na Ásia Central, os EUA buscam evitar a emergência de uma potência hegemônica e garantir seu acesso aos recursos energéticos da região, bem como o controle desse suprimento a outras grandes potências. Busca também fraturar o espaço eurasiático que tende a se unificar. A amizade de Trump e Putin não foi inexperience - foi um jogo para atrair e subjugar a mais fraca da tríade eurasiática, e liderar com a China e com a Europa.

A aliança sino-russa é frágil e reativa. Moscou teme o crescimento de Beijing e sua expansão por espaço e recursos - os EUA e a OTAN, sabendo disso, poderiam oferecer uma aliança a uma Rússia enfraquecida¹. O cerco à China faz com que esta busque a África e a América do Sul, o que confere um maior interesse aos oceanos Índico e Atlântico Sul.

A reativação da Quarta Frota americana não se deve apenas à descoberta do pré-sal - o Atlântico sul, pelas razões acima, aumentou muito em importância diante da exploração mineral e da projeção sobre a Antártida. O Atlântico e a própria África são regiões de interesse do Brasil - ali se chocarão os interesses da Índia e do Brasil.

A velha projeção americana sobre a América do Sul,

¹N.E.: O que, diante da guerra russo-ucraniana de 2022, parece muito improvável diante da imensa rejeição pública que tal aliança geraria nas nações desses polos de poder.

assim como as novas chinesa e indiana, prejudicam a liderança brasileira na região. Estas grandes potências poderiam optar por uma *composição* para explorar os recursos da região. Para Costa Filho, isto trai mesmo a possibilidade de intervenção conjunta na Amazônia - intervenção na qual não era apoiada pela China, mas poderá sê-lo se os recursos dessa região passarem a ser de seu interesse diante do cerco que sofre no centro da Eurásia.

Brasil, Geopolítica e Destino

Carlos de Meira Mattos

A relação entre a terra e o homem já era tratada antes da geopolítica, pela antropogeografia e pela geografia política. Com o conceito atual, surgiu no final do Séc. XIX, criada por Rudolf Kjellén, que pretendia marcar o estudo entre homem e território com a marca política da escola alemã. A geografia política ficou entre as ciências geográficas, enquanto a geopolítica se aproximou das ciências políticas indicadoras de soluções governamentais.

A escola ratzeliana incluiu Kjellén, Maull, Mackinder, Spykman e Haushofer. Entre seus adeptos surgiram logo duas escolas: a **determinista** (que acreditava que a geografia determina o destino dos povos) e a **possibilista** (de La Blache, que acreditava que a geografia *possibilita soluções favoráveis* ao destino dos povos).

Ratzel e Kjellén partiram não do que devem ser os Estados, mas do que eles são. Buscavam um processo científico, análogo ao usado pelas ciências naturais; é de Kjellén a teoria organicista do Estado (como organismo vivo, com fases análogas às dos organismos).

O desprestígio da geopolítica vem de sua associação ao expansionismo nazista, incluindo a teoria do *Lebensraum*. Tem, porém, inspirado estadistas do passado ou do presente; pode-se resumir o entendimento de Ratzel e Kjellén na extração de “leis” do processo histórico de grandes impérios.

Montesquieu, cem anos antes, esboçou conceitos iniciais: “os mares aproximam, as montanhas afastam”; José Bonifácio, cinquenta anos antes, organizou em 1821 um programa sobre as necessidades do Brasil, mencionando “a fundação de uma cidade central no interior do país, na latitude aproximada

de 15º, em lugar de clima temperado”. Em 1823, optou por Paracatu, a 150km da atual Brasília, antecipando-se a qualquer outro sobre a visão continentalista do Brasil.

O esquema de Renner divide a geopolítica em três: a escola de *paisagem política* (Whittlesey, Hartshorne, Brunhes, Vallaux), que contempla os fenômenos de relação território-habitante; a escola de *ecologia política* (White, Tenner, van Walkenburg), que interpreta os fenômenos e oferece aos políticos sua interpretação; e a *escola organicista* (Kjellén, Ratzel, Haushofer), que imprime uma marca dinâmica à política, inspirada na biologia.

Arnold Toynbee chegou a uma quarta, a *teoria do desafio e da resposta*, não determinista nem possibilista - considera vitoriosa a sociedade capaz de responder ao *desafio do meio físico e do meio psicossocial*.

Destacamos, como conceituação de geopolítica, a do Instituto de Geopolítica de Munique:

*É a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto. Se converte numa arte de guiar a política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do Estado*¹.

O mais sintético e abrangente de seus conceitos, porém, é o de Ratzel: “espaço é poder”.

¹N.E.: Acho bastante divertido que o auto-conceito organicista da geopolítica seja “o Estado é um corpo, e eu sou o cérebro”.

A Geopolítica e Seu Ressurgimento

Paulo Visentini

O fim da Guerra Fria e suas consequências aceleraram a globalização e encobriram em seu rastro a transformação da geopolítica - durante os conflitos pós-soviéticos, inclusive, caiu em desuso e viu certos efeitos desprezados, como a abertura do *grande espaço eurasiático* e do acelerado crescimento da Ásia.

O fim da URSS e a desorganização internacional

Ao invés de paz, o fim da Guerra Fria e da URSS abriu espaço para a eclosão de novos e novos tipos de conflitos. Aqui trataremos dos confrontos da Iugoslávia e os confrontos associados do que chamamos de Grande Guerra Africana, que deixou milhões de mortos.

A URSS ruuiu por completo logo após seu apogeu militar. Enquanto os EUA, embora em declínio relativo, iniciaram a transformação da economia industrial para a pós-industrial e financeira, abandonando o fordismo, a URSS não foi capaz de acompanhá-los, pois, além de um antissistema, não foi capaz de desenvolver um sistema alternativo internacional real. A abertura de Gorbatchov expôs vulnerabilidades com as quais a União não estava pronta para lidar.

As reformas de Gorbatchov, diferentes das chinesas, eram erráticas, improvisadas, e empoderaram os elementos antissocialistas. Quando implodiu o partido e buscou uma base de poder no Estado, a União não teve mais qualquer perspectiva de permanência e ruuiu, em 1991, deixando em seu lugar 15 frágeis nações, incluindo a Federação Russa,

muito mais fraca que a antiga URSS.

A Guerra Fria não era apenas um conflito, era um sistema. A falta da ameaça antagônica pôs fim a um elemento de sua coesão, e mesmo da coesão da hegemonia americana.

O “fim da história” de Fukuyama, que previa um mundo capitalista estável e pacífico, ruuiu com o fim da Guerra Fria. Os EUA são hoje um país em declínio relativo, num mundo globalizado porém regionalizado, marcado pela luta por um novo paradigma e liderança, em meio a blocos político-econômicos competidores. Um sistema multipolar tende a surgir.

Sem um rival do mesmo peso, os EUA se viram num mundo desequilibrado na política, na defesa, na economia e na cultura - a Guerra Fria era um mundo moderno, e os EUA têm dificuldade em navegar num mundo pós-moderno e em suas complexidades, para as quais a política externa americana do fim da Guerra Fria é inadequada. Segundo Todd, “o mundo é demasiado vasto, diverso e dinâmico para aceitar a predominância de uma única potência. [...] Os [Estados Unidos] não podem manter seu nível de vida sem os subsídios do mundo. A luta contra o terrorismo, o Iraque e o ‘eixo do mal’ não são mais do que pretextos.”

O fim da GF, portanto, dissolveu os elementos aglutinadores fundamentais à hegemonia americana. Novas forças estão surgindo, ainda sem condições de substituir os EUA.

As sucessivas formas da geopolítica

Para Ratzel, a posição e as características geográficas de um país determinavam sua política externa;

elaborou também o conceito de *Raum*, espaço, vital ao desenvolvimento de uma potência. Este conceito era adequado à situação da Alemanha, e esta historicamente considerou os Bálcãs e o leste europeu como suas áreas naturais de expansão.

Mackinder, em 1904, elaborou a partir de Ratzel a base da geopolítica anglo-americana, segundo a qual o planeta estaria de dividido em duas zonas antagônicas: a *heartland*, a massa continental eurásiana, e a *zona oceânica*, controlada por uma potência marítima. O almirante Mahan estabeleceu sua teoria de que a potência marítima poderia perdurar enquanto controlasse uma série de pontos de apoio na costa da Eurásia.

Com a *heartland* dominada pela URSS, o componente econômico deixou de ser importante; com o fim da Guerra Fria, ressurgiu e recobrou seu componente econômico. A Eurásia ressurgiu com três componentes: a UE, a recuperada Rússia de Putin e a China em acelerado desenvolvimento, diante de uma América desgastada. A nova concorrência econômica, diante da urbanização do Sul e da globalização neoliberal, gera tensões e conflitos, com atores privados em cena, embora o Estado siga como o elemento central.

Iugoslávia: uma guerra civil em plena europa

A Iugoslávia era o mais ocidentalizado dos países socialistas, além de um Estado Neutro, que mantinha excelentes relações com a Europa. Com a queda do Muro e a ingerência de nações ocidentais, eclodiu uma crise que mergulhou o país numa sangrenta guerra civil.

Os separatismos, a guerra civil e a Terceira Iugoslávia

Com o boicote do governo colegiado pelos representantes croata, esloveno e bósnio, a implosão da federação era iminente. Os presidentes da Eslovênia e da Croácia declararam independência. A in-

fluência dos países ocidentais por suas independências foi uma violação de direito internacional.

A base étnica como legitimador para os novos Estados criou outro problema, pois os países criados agora tinham minorias subrepresentadas. Na Croácia as milícias sérvias controlaram as regiões rurais pobres onde sua etnia era majoritária; face à debilidade militar dos croatas, a ONU enviou uma força de paz para separar as duas comunidades.

Na Bósnia-Herzegovina, uma violenta guerra civil opôs as três comunidades. Os bósnios foram cercados nas cidades, uma população urbana muçulmana de classe média. A violência do conflito se deu à disponibilidade de armas aos civis treinados, em acordo com a doutrina militar iugoslava baseada na defesa popular.

Os sérvios controlavam a maioria do território porque eram uma população rural que habitavam sobretudo este território. Os croatas e bósnios, que também lutavam entre si, foram auxiliados pelo Ocidente, e os bósnios por países islâmicos como a Turquia, inclusive com voluntários fundamentalistas iranianos.

O primeiro mito criado pela mídia é a demonização dos sérvios. Todas as etnias iugoslavas expulsaram populações e realizaram massacres; os croatas e albaneses do Kosovo, assim como os sérvios, tentaram retificar fronteiras para acomodar todo o seu povo; e os bósnios tentaram controlar uma república inteira na qual eram minoria. O segundo mito era a teoria da “bela adormecida”, que afirmado que o conflito étnico era impedido pelos comunistas e teria despertado com seu enfraquecimento - os povos iugoslavos têm poucas diferenças. A teoria nacionalista é uma tentativa de ocultar a responsabilidade de líderes e partidos regionais e nacionais, bem como de potências estrangeiras.

Em 1992 a Macedônia também se separou, após negociações em Belgrado, e as repúblicas da Sérvia e Montenegro criaram a Terceira Iugoslávia, por plebiscito, unindo suas etnias e repúblicas. A Europa socorreu somente as repúblicas separatistas,

ignorando e abandonando sérvios e montenegrinos à própria sorte, negando, inclusive, a permanência do ideal multiétnico e federativo.

As imagens dos combates na Bósnia foram espalhadas pela Europa para convencê-los da manutenção da OTAN, que era questionada desde o fim da Guerra Fria. Em 1995 a ONU retirou suas forças e os enclaves sérvios foram facilmente conquistadas. A população sérvia foi inteiramente expulsa e suas casas queimadas; ao mesmo tempo, os croatas e os bósnios passaram à ofensiva, com apoio aéreo da OTAN. Abandonados pelo governo sérvio, os sérvios sofreram uma derrota completa, um milhão deles convertidos em refugiados.

Kosovo: a OTAN e o fim da Iugoslávia

Milosevic foi esgotado pelo embargo econômico e forçado a assinar os Acordos de Dayton, que transformaram a Bósnia-Herzegovina numa confederação com 49% de seu território habitado por sérvios. O embargo ainda não foi totalmente levantado, sob o pretexto dos desmandos políticos de Milosevic contra a oposição. O ICTY e o ICC julgaram e condenaram os grandes líderes sérvios, e somente os croatas e bósnios de menor hierarquia foram julgados. Nenhuma providência foi tomada para repatriar os sérvios expulsos da Croácia e da Bósnia.

O foco das potências passou a ser os albaneses de Kosovo e a oposição interna, dois focos possíveis de conflito. Milosevic mostrou enorme flexibilidade política, controlando nacionalistas, contendo protestos e estabelecendo um governo de coalizão. Montenegro não ousou tentar uma guerra civil; a OTAN procurou outros meios, enquanto fortalecia a gerrilha albanesa no Kosovo.

Os pequenos guerrilheiros antigos de Kosovo foram unidos ao contrabando e ao narcotráfico, dando origem ao Exército de Libertação do Kosovo em 1996, financiado também por comunidades albanesas no exterior e pela máfia kosovar, que transporta heroína da Turquia à Europa.

Ataques se intensificaram em Kosovo contra os sérvios e contra os kosovares moderados de Rugova. A reação iugoslava produziu propaganda facilmente utilizável pela Europa, desacreditando os kosovares moderados e majoritários. A OTAN impôs conversações de paz, onde ofereceram condições inaceitáveis aos sérvios; este impasse tinha o objetivo de precipitar um conflito preparado, e salvar o ELK, prestes a ser eliminado.

Quando as conversações foram interrompidas, a OTAN iniciou uma ofensiva aérea imensa, atacando inclusive fábricas e zonas residenciais. A estratégia se radicalizou quando os bombardeios se mostraram infrutíferos frente à unidade nacional da Iugoslávia.

Após três meses de bombardeios, Milosevic aceitou um acordo para retirar suas tropas da província, que continuaria na Iugoslávia, e permitiria tropas russas e da OTAN na região. Em eleições diretas, recebeu 40% dos votos, contra 48% de seu opositor (Kostunica), o que implicaria num segundo turno; o Ocidente apoiou uma revolução, e Kostunica foi levado a assumir o poder sem um segundo turno. Em 2001, Milosevic foi preso, a ajuda ocidental foi condicionada a sua entrega no TPI e foi retirado ilegalmente do país e levado ao centro de detenção da Haia.

Foi julgado em território da OTAN, por juízes majoritariamente de países da OTAN. Sua saúde se deteriorou e pediu para ser tratado por médicos russos, o que lhe foi negado. O julgamento estava longe de conseguir condená-lo. Foi encontrado morto em sua cela em 2006, num caso suspeito e nunca investigado. Foi enterrado em sua aldeia natal como um herói nacional que defendeu uma Iugoslávia federal e socialista até o fim.

Em 2002, por pressão da UE, o país teve que abandonar o nome Iugoslávia e aceitar o de República da Sérvia e Montenegro, que ocorreu por plebiscito com escassa maioria em 2006. A partir de então a pressão ocidental se direcionou à independência de Kosovo, apesar das incessantes acusações ao líder do ELK por integrar organizações criminosas e ex-

ecutar prisioneiros sérvios. Após 2012, os Bálcãs se tornaram novamente um agregado de pequenos principados satelizados por potências europeias.

A Grande Guerra Inter-Africana

Os fundamentos deste conflito estão na perda de importância estratégica da região com o fim da Guerra Fria. Ditadores antes apoiados agora eram pressionados a adotar a democracia liberal e uma economia de mercado. Entraram em colapso e a democracia adotada não tinha meios para se sustentar, atropeladas por *warlords*, gangues criminosas e grupos paramilitares sem identidade política. Os oportunistas mobilizaram os alienados e empobrecidos para reclamar recursos com base na sua raça, etnia, clã ou religião.

Uma onda de violência sem precedentes emergiu, conforme a redução da ajuda externa, as privatizações e a redução do setor público e do exército fortaleciam as milícias. Com a abundância de armas privadas, acertos de conta eclodiram. A única exceção é a Costa do Marfim, de interesse estratégico para a França, que teve intervenção internacional.

Na África do Sul, entre a transição e a eleição de Mandela, uma onda enorme de violência interna vitimizou milhares de pessoas nos subúrbios negros, na luta entre o CNA e o Partido Comunista de um lado e os grupos brancos de extrema direita e os Zulu Inkhata do outro.

As negociações foram complicadas, e incluíram a garantia da prosperidade da elite branca (como os brancos eram minoria, não aceitaram o princípio democrático como garantia suficiente). O parlamento elegeria o presidente, e para mudar a constituição seriam necessários três quartos dos votos - assim a grande disputa é para impedir o CNA e o Partido Comunista de atingirem o ppatamar de 75%, momento no qual poderiam retirar os privilégios da elite branca (os negociados “direitos das minorias”).

Em Angola as dificuldades foram maiores. O *lobby*

pró-Savimbi era forte nos EUA e na Europa. Em 1991 o governo introduziu um sistema multipartidário e liberalizou a economia; somente então, em 1991, o acordo de paz foi firmado e as milícias foram incorporadas nas forças armadas nacionais.

A vitória de Dos Santos em 1992 não foi reconhecida por Savimbi, e as forças guerrilheiras da Unita reiniciaram a guerra civil em Luanda e no interior. O governo quase foi vencido, pois havia se desmobilizado. Acordos não foram bem sucedidos, ainda que alguns setores da Unita tenham aceitado a anistia e cargos governamentais.

Com a ascensão de Mandela o grupo de Jonas Savimbi começou a perder força, mas a rendição só ocorreu com sua morte em combate em 2002. A guerra civil durou 41 anos, com milhares de refugiados e mutilados, e a infraestrutura estava destruída. Somente os investimentos chineses puderam começar a reverter esta situação.

O conflito e o genocídio na região dos Lagos

O processo de mútuo extermínio em Ruanda e Burundi entre hutus e tutsi foi vendido como “tribalismo tradicional”, mas em realidade decorreu da reapropriação moderna de determinadas fraturas sociais da região.

Durante a ocupação alemã e belga os tutsi foram cooptados como elite no poder. Após a independência, o regime de Ruanda passou a ser dominado pelos hutus, 81% da população. Refugiados tutsi organizaram uma rebelião, a FPR, que foi derrotada em um mês pelo governo. Este governo, então, massacrrou tutsis em 1991 e 1992 como meio de fomentar uma divisão étnica para prevenir a ameaça tutsi a seu poder.

Os rebeldes tutsi se reconsolidaram e massacraram populações hutus. Em 1993 foi estabelecido um governo de coalizão frágil. Quando um hutu venceu as eleições em Burundi e os tutsi reagiram, os extremistas ligados ao ex-presidente atacaram tutsi e hutus moderados. Quando os presidentes

dos países morreram num acidente aeronáutico, a FPR conquistou Kigali e, em 1994, começou um gigantesco massacre que fez entre 500 e 800 mil mortos, e produziu um êxodo de 4 milhões de refugiados. Os EUA imediatamente reconheceram o novo governo da FPR, que era aliado também da Uganda e Tanzânia.

A queda de Mobutu e a guerra civil do Zaire/ RDC

O problema dos refugiados gerou tensões no Zaire, internamente instável após tentativas de democratização. Em 1996 se formou a Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire, composta principalmente por tutsis do Zaire, liderada por Laurent Kabila - antigo aliado de empresas americanas, negociante de ouro e marfim e partidário de Lumumba no início de 1960.

O Zaire de Mobutu caiu muito rápido. Os conflitos na região dos Lagos criaram uma nova situação de alianças e correlação de forças; as forças de Kabila receberam ajuda da Ruanda e Uganda, e também de Angola - onde vingou-se de Mobutu e enfraqueceu a Unita. Forças convencionais destes países apoiaram diretamente as operações de Kabila. Quando suas forças capturaram a capital do Zaire e o apoio externo de seus antigos protetores não veio.

Durante a GF, a África fora uma área de influência predominantemente europeia, com grande influência e proteção francesa. Quando os antigos estados marxistas se voltaram para os EUA, estes abriram um espaço de influência direta. Apesar do fracasso na Somália, os EUA incorporaram a Etiópia, Eritreia, Uganda, Angola e Moçambique, além do Quênia. Como resultado do conflito hutu-tutsi, esta influência se estendeu a Ruanda, Burundi e o leste do Zaire, em detrimento da influência francesa - exercendo mais pressão sobre o velho continente.

No novo governo da RDC, o inglês tornou-se idioma oficial e as concessões de mineração foram

transferidas para empresas norte-americanas. Seu governo logo foi criticado por violações de direitos humanos, e estava desconfortável com a presença externa - logo destituiu todos os tutsi do governo e expulsou as tropas ruandesas e ugandenses.

Diante disso, os ruandeses instigaram a população minoritária de Banyamulenge a atacar o governo central - a Segunda Guerra do Congo. A Ruanda invadiu o Congo, "para proteger os tutsi da região". A Uganda também investiu contra o Congo, e no início a invasão foi bem sucedida.

Os grupos rebeldes hutus, então, passaram a ser apoiados por Kabila, no lugar de um exército regular. Kabila conseguiu ajuda internacional da Angola, Zimbábue, Namíbia, Chade, Líbia e Sudão. Mesmo assim o RCD manteve o controle de uma região, e o conflito chegou a um impasse. Após falhas tentativas de paz, a ONU deu início à MONUC.

Com a morte de Kabila, seu filho Joseph Kabila o sucedeu, com habilidade política superior. As forças contrárias a Kinshasa foram fragilizadas, e em 2002 se estabeleceram as bases do estado congolês democrático e multipartidário foram estabelecidas. Logo após, a Uganda se retirou por resolução, e a Ruanda, que alguns Banyamulenge já viam com desconfiança, a seguiu. Terminava a Guerra Mundial Africana, com mais de cinco milhões de mortos. No leste da RDC, os conflitos continuam, pois a pacificação de um governo de coalizão pela constitucionalização leva a um congelamento no poder - e os grupos que crescem querem que o poder os acompanhe.

Chifre da África no pós-Guerra Fria

Em 1989 Omar Al-Bashir perpetrou um golpe de Estado no Sudão. Seu Exército Popular de Libertação do Sudão (EPLS) contava com apoio do Ocidente, onde sua guerra foi vendida como uma resistência à islamização - enquanto fazia aliança com a oposição muçulmana no norte e intensificava o discurso islamita.

Em 1991, na Somália, grupos apoiados pela Etiópia

derrubaram o governo de Siad Barre, falharam em manter a unidade nacional e fragmentaram o país em quatorze regiões de clãs. A Somalilândia declarou independência; no resto do país a situação rapidamente se deteriorou. O CSNU logo estabeleceu a UNOSOM.

Com a dificuldade da tarefa, a liderança dos EUA foi aceita na Força Tarefa Unificada (UNITAF), buscando criar um ambiente seguro para ajuda humanitária. O resultado foi insuficiente e os americanos sofreram baixas, se retirando do país.

Em 1993 se estabeleceu a UNOSOM II, que obteve certo sucesso humanitário, mas não político, recebendo muita resistência de diversas facções, sem sucesso na formação de um governo nacional. A UNOSOM II abandonou o território em 1995.

Na Etiópia, em 1989, a aliança de diversos grupos rebeldes deu origem à Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE), que derrubou o regime e formou o Governo Transitório da Etiópia. Para lograrem a captura da capital, os rebeldes foram convertidos ao liberalismo político e econômico para obter aprovação americana.

Em 1993, um referendo reconheceu a legitimidade da independência da Eritreia, que se tornou crescentemente ditatorial, enquanto, na Etiópia, o FDRPE consolidou sua liderança. Em 1998 ambos os Estados entraram em guerra, sob o pretexto de litígios fronteiriços, e se tornaram inimigos.

Em 2003, no Sudão, teve início o conflito em Darfur, opondo o Movimento de Liberação do Sudão e o Movimento Justiça e Igualdade, este último um grupo islamita oposto ao governo de Khartum. Além da negligência central com a região periférica, projetos internacionais de desenvolvimento agrícola perturbaram o direito de passagem e a relação com os povos pastorais.

Quando foram descobertas jazidas de urânio na região, as potências ocidentais mobilizaram seu interesse contra a política autonomista de Bashir, ao mesmo tempo em que o Norte e o Sul resolviam suas diferenças e abriam a possibilidade de inde-

pendência. Em 2005 foi estabelecida a UNIMIS.

Em 2006 o governo assinou o Acordo de Paz de Darfur seguindo esforços da União Africana, mas somente uma facção de Darfur participou do processo. Khartum se opôs a uma força de paz em Darfur composta exclusivamente por pessoal da UNIMIS, o que resultou na Operação Híbrida das Nações Unidas - União Africana em Darfur (UN-AMID). A UNMIS continuava apoiando a implementação do Tratado de Naivasha, no Norte.

O indiciamento de Bashir pelo TPI, acusando-o pela ação das milícias *janjaweed*, parece uma tentativa de afastá-lo com outra “Revolução Colorida”. Quando o regime resistiu, a nova estratégia foi a divisão do Sudão pelo plebiscito. Outro problema é que, havendo um embargo, somente as empresas chinesas e asiáticas participam da prospecção do petróleo, que já se iniciou. A aliança China-Sudão é um enorme obstáculo para a diplomacia ocidental na região.

Em 2011 o Sudão do Sul se tornou independente e a guerra do Darfur ficou congelada. Além das divisões norte-sul por divisão de petróleo e litígios fronteiriços, eclodiu uma guerra civil interna no Sudão do Sul contra o governo de Salva Kiir, este também apoiado no pretexto de oposição étnica, desta vez entre os povos Dinka e Nuer da região.

Na Somália, houve uma longa época de disputa entre *warlords*, e entre grupos islâmicos fundamentalistas. No litoral, grupos piratas se proliferaram. Isto não apenas criou um problema de segurança para o transporte marítimo, como acabou com a prática de algumas empresas do Norte global de jogar lixo tóxico nas desguarnecidas praias da Somália.

As intervenções etíope e queniana não resolveram suas disputas, e estas se regionalizaram. Atentados estão causando problemas no Quênia, e a Somália continua sendo um país sem Estado - e um refúgio para grupos terroristas locais e internacionais.